

para dois postos de trabalho de Assistente de Urologia, da carreira especial médica, área hospitalar, aberto por aviso n.º 9448/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 133, de 11 de julho de 2012:

Ezrael Francisco Fontes Barroso — não compareceu à entrevista de seleção.

Após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, a mencionada lista será afixada no Serviço de Gestão de Pessoal e Recursos Humanos — Hospital de Caldas da Rainha e publicitada na página eletrónica deste Centro Hospitalar (www.chon.pt).

Da homologação cabe recurso, com efeitos suspensivos, a interpor no prazo de 10 dias úteis a contar desta publicação.

24 de outubro de 2012. — O Presidente do Conselho de Administração, *Carlos Manuel Ferreira de Sá*.

206482328

Aviso (extrato) n.º 14577/2012

Em cumprimento do estabelecido no artigo 24.º da Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio e para conhecimento dos interessados, se publica a lista de classificação final homologada por deliberação do Conselho de Administração deste Centro Hospitalar, de 17 de outubro de 2012, do procedimento concursal simplificado de recrutamento médico para um Assistente de Medicina Física e Reabilitação, da carreira especial médica, área hospitalar, aberto por aviso n.º 9023/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 127, de 03 de julho de 2012:

1.º Sofia Alexandra Noivo Fernandes Cláudio — 17,50 valores;
Ana Mafalda dos Santos Pires — Não compareceu à entrevista de seleção;
Sara Isabel Marcelino Lorga — Não compareceu à entrevista de seleção.

Após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, a mencionada lista será afixada no Serviço de Gestão de Pessoal e Recursos Humanos — Hospital de Caldas da Rainha e publicitada na página eletrónica deste Centro Hospitalar (www.chon.pt).

Da homologação cabe recurso, com efeitos suspensivos, a interpor no prazo de 10 dias úteis a contar desta publicação.

2012.10.24. — O Presidente do Conselho de Administração, *Carlos Manuel Ferreira de Sá*.

206482174

Direção-Geral da Saúde

Despacho (extrato) n.º 14161/2012

Nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 33.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, designo como minha secretária pessoal, assistente técnica Maria Gracinda Ferreira, com efeitos a 1 de agosto de 2012.

31 de agosto de 2012. — O Diretor-Geral, *Francisco George*.

206481648

Despacho (extrato) n.º 14162/2012

Ao abrigo do disposto nos n.ºs 5 e 6 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 82/2009, de 2 de abril, designo em comissão de serviço, Delegado de Saúde do ACES/Central, o assistente graduado sénior da especialidade de saúde pública, Dr. Joaquim Florêncio Mansinho Bodião, tendo cessado em 30 de setembro de 2012, as funções de Delegado de Saúde do ACES/Sotavento, sob proposta do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P., ouvidos os Diretores Executivos dos respetivos Agrupamentos.

O presente despacho produz efeitos desde 1 de outubro de 2012.

10 de outubro de 2012. — O Diretor-Geral, *Francisco George*.

206485244

INFARMED — Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I. P.

Aviso n.º 14578/2012

Considerando a autorização datada de 05 de agosto de 2009, bem como os, então, pareceres favoráveis de S. E. o Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, de 22/07/2009, e de S.E. o Senhor Ministro de Estado e das Finanças, em 30/07/2009, foi autorizada a abertura

de 42 procedimentos concursais nas carreiras de Técnico Superior e Assistente Técnico ainda no ano de 2009.

Terminados os respetivos procedimentos e no cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal publicado através do aviso n.º 14369/2009 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 13 de agosto de 2009, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a período experimental de 120 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 76.º do RCTFP, conjugado com o n.º 1 da Cláusula 6.ª do Acordo coletivo de trabalho n.º 1/2009, com a trabalhadora a seguir identificada, na data identificada, auferindo a remuneração que a seguir, também se identifica:

Paula Mafalda Soares Antunes Jorge, 4 de abril de 2011, 1.ª posição remuneratória, nível 5, da Tabela Única Remuneratória dos Trabalhadores que exercem funções públicas, a que corresponde o montante de 683,13 € (seiscentos e oitenta e três euros e treze cêntimos).

Mais se torna público que, para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e por força do disposto no artigo 73.º do RCTFP, atenta a data de celebração do respetivo contrato, a trabalhadora acima identificada concluiu com sucesso o respetivo período experimental na carreira/categoria de Assistente Técnico, de acordo com o respetivo processo de avaliação, elaborado nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, o qual se encontra, respetivamente, arquivado no processo individual de cadastro, sendo o tempo de duração do respetivo período experimental contado para efeitos da atual carreira e categoria.

24 de outubro de 2012. — A Diretora de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais, *Cláudia Belo Ferreira*.

206483373

Aviso n.º 14579/2012

Considerando a autorização datada de 05 de agosto de 2009, bem como os, então, pareceres favoráveis de S. E. o Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, de 22/07/2009, e de S.E. o Senhor Ministro de Estado e das Finanças, em 30/07/2009, foi autorizada a abertura de 42 procedimentos concursais nas carreiras de Técnico Superior e Assistente Técnico ainda no ano de 2009.

Terminados os respetivos procedimentos e no cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal publicado através do aviso n.º 14379/2009 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 13 de agosto, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeitos a período experimental de 180 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 76.º do RCTFP, conjugado com o n.º 2 da Cláusula 6.ª do Acordo coletivo de trabalho n.º 1/2009, com as trabalhadoras a seguir identificadas, nas datas identificadas, auferindo, respetivamente, a remuneração que a seguir também se identifica:

Catarina Cabral Marques Fernandes Pecorelli, 1 de janeiro de 2011, 4.ª posição remuneratória, nível 23, da Tabela Única Remuneratória dos Trabalhadores que exercem funções públicas, a que corresponde o montante de 1.613,42 € (mil, seiscentos e treze euros e quarenta e dois cêntimos);

Susana Maria Ferreira Amorim Fernandes, 23 de setembro de 2010, 4.ª posição remuneratória, nível 23, da Tabela Única Remuneratória dos Trabalhadores que exercem funções públicas, a que corresponde o montante de 1.613,42 € (mil, seiscentos e treze euros e quarenta e dois cêntimos);

Mais se torna público que, para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e por força do disposto no artigo 73.º do RCTFP, atenta a data de celebração dos respetivos contratos, as trabalhadoras acima identificadas concluíram com sucesso o respetivo período experimental na carreira/categoria de Técnico Superior, de acordo com o respetivo processo de avaliação, elaborado nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, o qual se encontra, respetivamente, arquivado no processo individual de cadastro, sendo o tempo de duração do respetivo período experimental contado para efeitos da atual carreira e categoria.

24 de outubro de 2012. — A Diretora de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais, *Cláudia Belo Ferreira*.

206483413

Aviso n.º 14580/2012

Considerando a autorização datada de 05 de agosto de 2009, bem como os, então, pareceres favoráveis de S. E. o Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, de 22/07/2009, e de S. E. o Senhor Ministro de Estado e das Finanças, em 30/07/2009, foi autorizada a abertura de 42 procedimentos concursais nas carreiras de Técnico Superior e Assistente Técnico ainda no ano de 2009.

Terminados os respetivos procedimentos e no cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal publicado através do aviso n.º 14370/2009 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 13 de agosto, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a período experimental de 180 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 76.º do RCTFP, conjugado com o n.º 2 da Cláusula 6.ª do Acordo coletivo de trabalho n.º 1/2009, com a trabalhadora a seguir identificada, na data identificada, auferindo, a remuneração que a seguir também se identifica:

Maria Susana Duarte dos Santos Paulos da Silva Matos, 1 de abril de 2011, 2.ª posição remuneratória, nível 15, da Tabela Única Remuneratória dos Trabalhadores que exercem funções públicas, a que corresponde o montante de 1201,48 € (mil duzentos e um euros e quarenta e oito cêntimos);

Mais se torna público que, para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e por força do disposto no artigo 73.º do RCTFP, atenta a data de celebração do respetivo contrato, a trabalhadora acima identificada concluiu com sucesso o respetivo período experimental na carreira/categoria de Técnico Superior, de acordo com o respetivo processo de avaliação, elaborado nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, o qual se encontra, respetivamente, arquivado no processo individual de cadastro, sendo o tempo de duração do respetivo período experimental contado para efeitos da atual carreira e categoria.

24/10/2012. — A Diretora de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais, *Cláudia Belo Ferreira*.

206483365

Aviso (extrato) n.º 14581/2012

Considerando a autorização datada de 05 de agosto de 2009, bem como os, então, pareceres favoráveis de S. E. o Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, de 22/07/2009, e de S. E. o Senhor Ministro de Estado e das Finanças, em 30/07/2009, foi autorizada a abertura de 42 procedimentos concursais nas carreiras de Técnico Superior e Assistente Técnico ainda no ano de 2009.

Terminados os respetivos procedimentos e no cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal publicado através do aviso n.º 14385/2009 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 13 de agosto de 2009, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a período experimental de 120 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 76.º do RCTFP, conjugado com o n.º 1 da Cláusula 6.ª do Acordo coletivo de trabalho n.º 1/2009, com o trabalhador a seguir identificado, na data identificada, auferindo a remuneração que a seguir, também se identifica:

Bruno Emanuel Ferreira Cabrita, 1 de março de 2011, 1.ª posição remuneratória, nível 5, da Tabela Única Remuneratória dos Trabalhadores que exercem funções públicas, a que corresponde o montante de 683,13 € (seiscentos e oitenta e três euros e treze cêntimos).

Mais se torna público que, para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e por força do disposto no artigo 73.º do RCTFP, atenta a data de celebração do respetivo contrato, o trabalhador acima identificado concluiu com sucesso o respetivo período experimental na carreira/categoria de Assistente Técnico, de acordo com o respetivo processo de avaliação, elaborado nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, o qual se encontra, respetivamente, arquivado no processo individual de cadastro, sendo o tempo de duração do respetivo período experimental contado para efeitos da atual carreira e categoria.

24/10/2012. — A Diretora de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais, *Cláudia Belo Ferreira*.

206483219

Aviso n.º 14582/2012

Considerando a autorização datada de 05 de agosto de 2009, bem como os, então, pareceres favoráveis de S. E. o Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, de 22/07/2009, e de S.E. o Senhor Ministro de Estado e das Finanças, em 30/07/2009, foi autorizada a abertura de 42 procedimentos concursais nas carreiras de Técnico Superior e Assistente Técnico ainda no ano de 2009.

Terminados os respetivos procedimentos e no cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal publicado através do aviso n.º 14384/2009 no *Diário da República*,

2.ª série, n.º 156, de 13 de agosto, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeitos a período experimental de 180 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 76.º do RCTFP, conjugado com o n.º 2 da Cláusula 6.ª do Acordo coletivo de trabalho n.º 1/2009, com as trabalhadoras a seguir identificadas, nas datas identificadas, auferindo, respetivamente, a remuneração que a seguir também se identifica:

Fátima Alexandra Simões Sousa Pimentel, 23 de setembro de 2010, 5.ª posição remuneratória, nível 27, da Tabela Única Remuneratória dos Trabalhadores que exercem funções públicas, a que corresponde o montante de 1.819,38 € (mil, oitocentos e dezanove euros e trinta e oito cêntimos);

Filipa Augusto Guerreiro Quintela da Luz, 23 de setembro de 2010, 5.ª posição remuneratória, nível 27, da Tabela Única Remuneratória dos Trabalhadores que exercem funções públicas, a que corresponde o montante de 1.819,38 € (mil, oitocentos e dezanove euros e trinta e oito cêntimos);

Mais se torna público que, para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e por força do disposto no artigo 73.º do RCTFP, atenta a data de celebração dos respetivos contratos, as trabalhadoras acima identificadas concluíram com sucesso o respetivo período experimental na carreira/categoria de Técnico Superior, de acordo com o respetivo processo de avaliação, elaborado nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, o qual se encontra, respetivamente, arquivado no processo individual de cadastro, sendo o tempo de duração do respetivo período experimental contado para efeitos da atual carreira e categoria.

24 de outubro de 2012. — A Diretora de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais, *Cláudia Belo Ferreira*.

206483308

Aviso n.º 14583/2012

Considerando a autorização datada de 05 de agosto de 2009, bem como os, então, pareceres favoráveis de S. E. o Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, de 22/07/2009, e de S.E. o Senhor Ministro de Estado e das Finanças, em 30/07/2009, foi autorizada a abertura de 42 procedimentos concursais nas carreiras de Técnico Superior e Assistente Técnico ainda no ano de 2009.

Terminados os respetivos procedimentos e no cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal publicado através do aviso n.º 14371/2009 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 13 de agosto de 2009, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeitos a período experimental de 120 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 76.º do RCTFP, conjugado com o n.º 1 da Cláusula 6.ª do Acordo coletivo de trabalho n.º 1/2009, com os trabalhadores a seguir identificados, nas datas identificadas, auferindo, respetivamente, a remuneração que a seguir, também se identifica:

José António da Silva Ribeiro, 21 de março de 2011, 1.ª posição remuneratória, nível 5, da Tabela Única Remuneratória dos Trabalhadores que exercem funções Públicas, a que corresponde o montante de 683,13 € (seiscentos e oitenta e três euros e treze cêntimos).

Paulo Alexandre Monteiro Martins, 21 de março de 2011, 1.ª posição remuneratória, nível 5, da Tabela Única Remuneratória dos Trabalhadores que exercem funções Públicas, a que corresponde o montante de 683,13 € (seiscentos e oitenta e três euros e treze cêntimos);

Rui Filipe Alexandre Pires, 21 de março de 2011, 1.ª posição remuneratória, nível 5, da Tabela Única Remuneratória dos Trabalhadores que exercem funções Públicas, a que corresponde o montante de 683,13 € (seiscentos e oitenta e três euros e treze cêntimos);

Mais se torna público que, para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e por força do disposto no artigo 73.º do RCTFP, atenta a data de celebração dos respetivos contratos, os trabalhadores acima identificados concluíram com sucesso o respetivo período experimental na carreira/categoria de Assistente Técnico, de acordo com o respetivo processo de avaliação, elaborado nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, o qual se encontra, respetivamente, arquivado no processo individual de cadastro, sendo o tempo de duração do respetivo período experimental contado para efeitos da atual carreira e categoria.

24 de outubro de 2012. — A Diretora de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais, *Cláudia Belo Ferreira*.

206483332

Aviso n.º 14584/2012

Ao abrigo da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que a trabalhadora Lina Maria da Silva Santos, técnico superior, do mapa de pessoal do INFARMED — Au-